



**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA  
DE UMA NOVA VIDA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

#### CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
RELATÓRIO MG - 2017/057**

**Aos Administradores do**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
Vespasiano - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais permanecer em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora CRC MG - 079.371/O-6  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1

**QUADRO 1**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**  
**(Valores expressos em reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa Caixa e Equivalentes de Caixa	3	151.661	166.209
Outros Créditos	4	2.802	1.805
Despesas Antecipadas	5	437	490
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>154.900</b>	<b>168.504</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imobilizado	6	250.248	242.431
Intangível	6	85	806
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>250.333</b>	<b>243.238</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>405.233</b>	<b>411.741</b>

**QUADRO 1 (Página2)**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**  
**(Valores expressos em reais)**

**Passivo**

**Passivo Circulante**

Fornecedores Nacionais	7	-	165
Saldos Credores a Regularizar	8	7.956	2.566
Obrigações Fiscais	9	192	55
Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	5.320	4.238
Provisão - Férias e Encargos Sociais	11	15.075	14.880
Outras Obrigações a Pagar - PJ	12	1.782	1.717
DFC-Presentes a Repassar	12	21.269	23.117
Convênios Governamentais	13	94.945	7.442
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>146.540</b>	<b>54.179</b>

**Patrimônio Líquido**

Patrimônio Social	14	357.563	262.512
Superávit (Déficit) Acumulado		(98.870)	95.051
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>258.693</b>	<b>357.563</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>405.233</b>	<b>411.741</b>

**QUADRO 2**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores expressos em reais)**

	Notas	2016	2015
<b>Receitas Operacionais</b>			
<b>Receitas Assistência Social em Prog. Comunitários / Saúde</b>			
	15		
Subsídio / Doações do ChildFund Brasil		31.288	23.270
Doações do Governo Municipal		13.345	11.156
Ressarcimento do Governo Municipal - Água e Esgoto		10.486	11.201
Subvenção COPASA Companhia de Saneamento de MG		206	-
Doações da Comunidade para Projetos de Saúde		16.406	25.026
Doações de Pessoas Jurídicas Diversas			
<b>Total</b>		<b>71.731</b>	<b>70.653</b>
<b>Receitas Assistência Social em Prog. Socialização/Educação</b>			
	15		
Subsídio / Doações do ChildFund Brasil		226.369	178.084
Convênio do Governo Estadual - TJMG		68.679	26.908
Convênio do Governo Municipal		4.222	12.393
Ressarcimento do Governo Municipal - Energia Elétrica		6.383	5.231
Subvenção CEMIG Distribuição S/A		1.097	-
Contribuições da Comunidade		-	8.729
Doações - DFC-Presentes para a Entidade		1.737	1.264
Doações de Pessoas Físicas Diversas		300	967
<b>Total</b>		<b>308.787</b>	<b>233.576</b>
<b>Receitas Assistência Social em Apoio aos Programas Desenvolvidos</b>			
	15		
Subsídio / Doações do ChildFund Brasil		116.754	170.972
Convênio do Governo Estadual - TJMG		41.336	426
Contribuições da Comunidade		4.264	-
Doações de Pessoas Jurídicas Diversas		-	135.510
Subvenção da COPASA MG e CEMIG		-	2.655
<b>Total</b>		<b>162.354</b>	<b>309.563</b>
<b>Total Doações e Subvenções</b>			
		<b>542.872</b>	<b>613.792</b>
<b>Receitas Financeiras</b>			
Doação Bens Patrimoniais	14	1.114	3.836
Serviço Voluntário	19	4.688	3.377
<b>Total das Receitas Operacionais</b>		<b>558.859</b>	<b>629.092</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
<b>Gratuidades Assistência Social em Prog. Comunitários / Saúde</b>			
	16		
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		19.847	13.693
Despesas com Serviços de Terceiros		-	1.973
Despesas com Desenvolvimento Prog. Comunitário/Saúde		34.741	13.146
Subvenção COPASA Companhia de Saneamento de MG		206	-
Repasses de Doações		16.406	36.182
<b>Total</b>		<b>71.200</b>	<b>64.994</b>
<b>Gratuidades Assistência Social em Prog. Socialização/Educação</b>			
	16		
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		99.021	58.864
Despesas com Serviços de Terceiros		180.887	73.583
Despesas com Desenvolvimento Prog. Comunitário/Saúde		97.900	28.841
Subvenção CEMIG Distribuição S/A		1.097	-
<b>Total</b>		<b>378.905</b>	<b>161.288</b>
<b>Gratuidades Assistência Social em Apoio aos Programas Desenvolvidos</b>			
	16		
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		103.510	91.753
Despesas com Serviços de Terceiros		30.429	17.794
Despesas com Desenvolvimento Prog. Comunitário/Saúde		26.837	20.212
Repasses de Doações		-	135.460
Subvenção da COPASA MG e CEMIG		-	2.655
<b>Total</b>		<b>160.776</b>	<b>267.874</b>
<b>Total das Gratuidades</b>			
		<b>610.881</b>	<b>494.156</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Despesas Financeiras		8.719	5.675
Despesas Tributárias		4.111	1.430
Depreciação e Amortização		29.330	26.691
Serviço Voluntário	19	4.688	3.377
Baixa do Ativo Imobilizado		-	3.535
<b>Total Despesas Operacionais</b>		<b>657.729</b>	<b>534.864</b>
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>		<b>(98.870)</b>	<b>94.228</b>

**QUADRO 3**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores expressos em reais)**

	Patrimônio Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>268.278</b>	<b>63</b>	<b>(5.006)</b>	<b>263.335</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	(5.006)	-	5.006	-
Doações Patrimoniais	(823)	-	823	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	63	(63)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	94.228	94.228
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>262.512</b>	<b>-</b>	<b>95.051</b>	<b>357.563</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	95.051	-	(95.051)	-
Doações Patrimoniais	1.114	-	(1.114)	-
Déficit do Exercício	-	-	(98.870)	(98.870)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>358.677</b>	<b>-</b>	<b>99.984</b>	<b>258.693</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 4**  
**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores expressos em reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Superávit / Déficit do Exercício	(98.870)	94.227
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	29.330	26.691
Bens Recebidos em Doação	(1.114)	(3.836)
Baixa no Imobilizado	-	3.535
<b>Superávit Ajustado</b>	<b>(70.654)</b>	<b>120.618</b>
<b>Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes</b>		
Outros Créditos	(997)	1.123
Despesas Antecipadas	53	(440)
	<b>(944)</b>	<b>684</b>
<b>Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes</b>		
Fornecedores Nacionais	(165)	10
Empréstimos e Financiamentos	5.390	2.566
Obrigações Fiscais	137	33
Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.082	(1.557)
Provisões - Férias e Encargos Sociais	195	6.906
Outras Obrigações a Pagar - P. Jurídicas	66	264
DFC- Presentes a Repassar	(1.847)	4.321
Convênios Governamentais	87.503	(4.951)
	<b>92.361</b>	<b>7.593</b>
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>20.763</b>	<b>128.895</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Adição do Imobilizado - recursos próprios	(35.311)	(26.003)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(35.311)</b>	<b>(26.003)</b>
<b>Aumento Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(14.548)</b>	<b>102.891</b>
Caixa e Equivantes de Caixa no Início do Exercício	166.209	63.318
Caixa e Equivantes de Caixa no Final do Exercício	151.661	166.209
<b>Aumento Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(14.548)</b>	<b>102.891</b>

**GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(valores expressos em reais)

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida – GCRIVA é uma pessoa jurídica de Direito Privado, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecido como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos do CNAS, e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. Rege-se pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Tem por finalidade: desenvolver nas crianças as qualidades morais, intelectuais e artísticas; desenvolver programas e projetos com benefícios às crianças e suas famílias, na área de educação, principalmente; ajudar na melhoria habitacional, entre outras; administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comunitária. Conta com o apoio do ChildFund Brasil, da comunidade, órgãos públicos e empresas privadas. Atende às crianças e suas famílias, inscritas e assistidas, da comunidade carente do bairro Morro Alto e região, em Vespasiano – MG.

## **2. APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaborados e estão sendo apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades Sem Finalidade de Lucros (NBC ITG 2002 R1). Aplicam-se também os Princípios de Contabilidade a TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) nos aspectos não abordados pela ITG 2002 R1.

### **2.2. POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **2.2.1. RECEITAS E DESPESAS**

As receitas oriundas de doações, subvenções, contribuições e as despesas e gratuidades são reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime de competência, mediante documentos hábeis, registradas em contas próprias, segregadas. As receitas oriundas do parceiro ChildFund Brasil são reconhecidas pelo regime de caixa, por não representarem um compromisso, de contra prestação, entre as parte, imediatamente.

#### **2.2.2. ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES**

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado.

Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Aos ativos e passivos circulantes são acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **2.2.3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como: mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões; e estimativas da vida útil de determinados ativos e outros similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### **2.2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo.

### **2.2.5. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CIRCULANTES**

Compreendem os bens, direitos e obrigações realizáveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos, se aplicável, até a data do balanço.

O Imobilizado e o Intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou valor original (doações), deduzido a depreciação e/ou amortização acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, a taxa que levam em consideração o tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme mencionado na nota nº 6.

Um bem patrimonial é baixado quando: nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda; quando alienado; furto; ou roubo. Eventual ganho ou perda advinda da baixa do ativo é incluído nas demonstrações financeiras no exercício em que o fato ocorrer.

### **2.2.6. RECONHECIMENTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS**

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As posições de Caixa e Equivalentes de Caixa, em 31 de dezembro, estavam assim representadas:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	5	287
BBD - 002900-9 / VCM e PMV	1	39
BBD - 029633-3 / TJMG	1	-
BBD - 002985-8 / Invest Plus	55.170	44.535
BBD - 002985-8 / Investimento	-	110.268
BBD - 002900-9 / CDB Fidelidade	-	11.080
BBD - 002900-9 / Invest Plus	13.318	-
BBD - 029633-3 / CDB	83.166	-
<b>Total</b>	<b>151.661</b>	<b>166.209</b>

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, sem qualquer ônus.

### 4. OUTROS CRÉDITOS - ADIANTAMENTOS

Em 31 de dezembro, a posição de Adiantamentos – em Outros Créditos - era a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Adiantamento - Férias	2.802	1.805
<b>Total</b>	<b>2.802</b>	<b>1.805</b>

### 5. DESPESAS ANTECIPADAS - SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguro para seus bens, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 6. ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 6.1. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<b>Taxa de Depreciação ao ano [%]</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Terrenos		15.000	15.000
Edificações - RP	4	312.699	312.699
Edificações - RT	4	74.197	74.197
Edificações em Andamento			
Máquinas e Equipamentos - RP	10	42.422	32.560
Móveis e Utensílios - RP	10	73.478	52.405
Computadores - RP	20	31.712	27.335
Máquinas e Equipamentos - RT	10	4.481	4.481
Móveis e Utensílios - RT	10	4.263	3.150
Computadores - RT	20	2.001	2.001
		<u>560.253</u>	<u>523.828</u>
Depreciação Acumulada		(310.005)	(281.397)
<b>Total do Imobilizado</b>		<b><u>250.248</u></b>	<b><u>242.431</u></b>

### 6.2. MOVIMENTAÇÃO

#### Bens - Recurso Próprio

	<b>Bens Imóveis</b>		<b>Bens Móveis</b>			<b>Total</b>
	<b>Edificações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Máquinas Equip.</b>	<b>Móveis Utensílios</b>	<b>Computa - dores</b>	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>167.486</b>	<b>15.000</b>	<b>20.567</b>	<b>25.256</b>	<b>8.960</b>	<b>237.269</b>
Adições	13.500	-	2.762	5.016	4.725	26.003
Baixas	-	-	(2.735)	(694)	(45)	(3.474)
Transferências	(25.809)	-	(3.640)	(78)	(37)	(29.564)
Depreciação / Amortização	(12.297)	-	(2.749)	(3.360)	(3.865)	(22.271)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>142.880</b>	<b>15.000</b>	<b>14.205</b>	<b>26.140</b>	<b>9.738</b>	<b>207.963</b>
Adições	-	-	9.861	21.073	4.377	35.311
Depreciação / Amortização	(12.568)	-	(3.119)	(4.632)	(4.276)	(24.595)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>130.312</b>	<b>15.000</b>	<b>20.947</b>	<b>42.581</b>	<b>9.839</b>	<b>218.679</b>

**Bens - Recurso Terceiros**

	Bens Imóveis		Bens Móveis			Total
	Edificações	Terrenos	Máquinas Equip.	Móveis e Utensílios	Computadores	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	120	2.656	1.060	3.836
Baixas	-	-	(61)	-	-	(61)
Transferências	30.459	-	3.640	78	37	34.214
Depreciação / Amortização	(2.968)	-	(449)	(61)	(43)	(3.521)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>27.491</b>	-	<b>3.251</b>	<b>2.672</b>	<b>1.054</b>	<b>34.468</b>
Adições	-	-	-	1.114	-	1.114
Depreciação / Amortização	(2.968)	-	(448)	(377)	(220)	(4.013)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>24.523</b>	-	<b>2.803</b>	<b>3.409</b>	<b>834</b>	<b>31.569</b>

	Terrenos	Edificações em Andamento	Bens - Recurso Próprio	Bens - Recurso de Terceiros	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>15.000</b>	<b>4.650</b>	<b>223.974</b>	-	<b>243.624</b>
Adições	-	13.500	26.003	3.836	43.339
Baixas	-	-	(3.474)	(61)	(3.535)
Transferências	-	(18.150)	(29.564)	34.214	(13.500)
Depreciação / Amortização	-	-	(23.170)	(3.521)	(26.691)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>15.000</b>	-	<b>193.769</b>	<b>34.468</b>	<b>243.237</b>
Adições	-	-	35.312	1.114	36.426
Depreciação / Amortização	-	-	(25.317)	(4.013)	(29.330)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>15.000</b>	-	<b>203.764</b>	<b>31.569</b>	<b>250.333</b>

### 6.3. INTANGÍVEL

A composição do Intangível, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de Amortização ao ano [%]	2016	2015
Direito de Uso de Software	20	4.933	4.933
Amortização Acumulada		(4.848)	(4.127)
<b>Total do Intangível</b>		<b>85</b>	<b>806</b>

	<b>Direito de Uso de Software</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.706</b>
Adições	-
Baixas	-
Transferências	-
Depreciação / Amortização	(900)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>806</b>
Adições	-
Depreciação / Amortização	(721)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>85</b>

A Entidade não alterou a forma de utilização do seu Imobilizado e Intangível, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

## 7. FORNECEDORES NACIONAIS

A composição de Fornecedores Nacionais, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores Diversos	-	165
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>165</b>

## 8. EMPRESATIMOS/ FINANCIAMENTOS/ SALDOS A REGULARIZAR

O saldo apresentado refere-se à transferência do valor apurado ao final do exercício financeiro (saldo negativo) de contas correntes bancárias, mantidas no Banco Bradesco S/A – Caixa e Equivalentes de Caixa – para melhor apropriação, como demonstração a seguir:

### **Bradesco S/A**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
BBD - 002985-8	7.956	1.858
BBD - 002900-9	-	708
<b>Total</b>	<b>7.956</b>	<b>2.566</b>

## 9. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As Obrigações Fiscais apresentavam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
IRRF a Recolher - Fls.Pagto	136	55
Lei nº 10.833/2003	56	-
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>55</b>

## 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

As Obrigações Trabalhistas e Sociais estavam assim representadas, em 31 de dezembro:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
INSS - Fls.Pagto Funcionários	3.716	2.871
INSS - Serviços Contratados	-	239
PIS	216	152
FGTS	1.251	948
Contribuição Sindical	65	28
Seguro de Vida em Grupo	55	-
Mens. Social - Auxílio Saúde	17	-
<b>Total</b>	<b>5.320</b>	<b>4.238</b>

## 11. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão de Férias e seus Encargos Sociais apresentavam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para Férias	11.250	11.104
Encargos	3.825	3.376
<b>Total</b>	<b>14.880</b>	<b>14.880</b>

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

### 12.1. PESSOAS JURÍDICAS

O saldo de Pessoas Jurídicas estava assim representado, em 31 de dezembro:

	2016	2015
COPASA - Comp. de Saneamento MG	475	460
CEMIG Distribuição S/A	532	509
Telemar Norte Leste S/A	280	231
Oi Móvel S/A	203	114
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	292	403
<b>Total</b>	<b>1.782</b>	<b>1.717</b>

### 12.2. DFC-PRESENTES (DESIGNATED FUND CERTIFICATE)

A Entidade recebeu do ChildFund Brasil, em 2016, pelo sistema de apadrinhamento a importância de R\$ 106.273. Valor esse, que é repassado às crianças apadrinhadas, registrado em conta patrimonial do passivo circulante, conforme demonstração a seguir:

	2016	2015
Saldo Anterior	23.117	18.795
DFC-Presentes - recebidos	106.272	113.116
DFC-Presentes - repassados	(108.120)	(108.794)
<b>Saldo a Repassar às Crianças</b>	<b>21.269</b>	<b>23.117</b>

## 13. CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS

Refere-se à verba recebida até a data base de dezembro de 2016 e que ainda não foi aplicada, integralmente, no objeto do convênio com o Tribunal de Justiça dos Estado de Minas Gérias, reconhecendo com segurança, que cumprirá com as condições estabelecidas. O saldo contabilizado no Passivo – R\$ 94.945 - após a total aplicação será baixado em conformidade com a legislação vigente, principalmente a NBC TG 07 (R1).

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado do período é mantido na rubrica “Superávit ou Déficit Acumulado” e apropriado para a conta de Patrimônio Social (incorporação) após a aprovação dos Membros da Diretoria, em Ata.

Em 2016, foi aprovada pelos Membros da Diretoria a incorporação do superávit do exercício anterior (2015) ao Patrimônio Social no montante de R\$ 94.227.

Em 2016, o resultado apurado foi déficit no montante de (R\$ 98.869).

Em 2016, a Entidade recebeu em doação, bem patrimonial, no montante de R\$ 1.114, que foi incorporado ao Patrimônio Social, após apuração do resultado do exercício – DRE.

O Patrimônio Social apresenta, no exercício de 2016, o montante de R\$ 357.563 (R\$ 262.512, em 2015).

## 15. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receitas, segregadas, representadas conforme os registros contábeis e discriminação em atendimento ao Decreto nº 8242/2014, representadas nas seguintes formas:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Subsídios e Doações do ChildFund Brasil	374.411	372.326
Convênios/Doações do Governo Municipal	34.436	39.980
Convênios/Doações do Governo Estadual	110.015	27.335
Doações/Contribuições de Sócios e Comunidade	22.707	8.729
Doações/Contribuições de Pessoas Físicas e Jurídicas	1.303	165.422
<b>Total</b>	<b>542.872</b>	<b>613.792</b>

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita Assistência Social Prog. Comunitário / Saúde	71.732	70.653
Receita Assistência Social Prog. Socialização / Educação	308.786	233.575
Receita Assistência Social Apoio aos Programas Desenvolvidos	162.354	309.564
<b>Total</b>	<b>542.872</b>	<b>613.792</b>

A receita, auferida dos sócios e da comunidade, é resultado de doações e/ou contribuições espontâneas e realizações de campanhas especiais, sem data e valor preestabelecidos.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 11.638/2007, a Entidade registrou as doações em bens patrimoniais, no grupo das receitas e após o encerramento do exercício financeiro destinou, o respectivo valor apresentado, na rubrica “Doações Patrimoniais”, no Patrimônio Social.

## 16. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas, segregadamente, por verbas recebidas (Verbas da Comunidade, Subvenção do ChildFund Brasil, Subvenção da Prefeitura Municipal de Vespasiano e Subvenção Governo Estadual) X assistências sociais em programas desenvolvidos (comunitário, socialização e apoio aos programas), no grupo de despesas, segregados, excetuando-se as despesas com depreciação/amortização, despesas financeiras, despesas tributárias, serviço voluntário e as perdas patrimoniais, todas suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº.8242/2014, a Entidade, no exercício de 2016, concedeu gratuidades, conforme demonstrações a seguir:

	2016	2015
Despesas Operacionais	657.729	534.864
Despesas com Depreciação e Amortização	(29.330)	(26.691)
Despesas Financeiras	(8.719)	(5.675)
Despesas Tributárias	(4.111)	(1.430)
Serviço Voluntário	(4.688)	(3.377)
Baixa Ativo Imobilizado	-	(3.535)
<b>Total das Gratuidades</b>	<b>610.879</b>	<b>494.156</b>

	2016	2015
Gratuidade Assistência Social Prog. Comunitário / Saúde	71.200	64.992
Gratuidade Assistência Social Prog. Socialização / Educação	378.905	161.289
Gratuidade Assistência Social Apoio aos Programas Desenvolvidos	160.774	267.875
<b>Total das Gratuidades</b>	<b>610.879</b>	<b>494.156</b>

## 17. ISENÇÃO QUOTA PATRONAL PREVIDENCIÁRIA – INSS

Em ofício nº 2003/2014-CCEB/CGCEB/DRSP/SNAS?MDS, de 06/08/2014, a Entidade fica ciente que o processo de renovação sob o nº 7100.056500/2013-77, protocolado em 17/05/2013, foi realizado após o término da validade da certificação (período de 01/12/2009 a 30/11/2012), sendo convertido em nova concessão, aguardando ordem cronológica para análise.

Visto o exposto, os Membros da Diretoria, a partir do mês subsequente (setembro/2014), concluíram que a Entidade não mais poderia usufruir da isenção da quota patronal previdenciária do INSS.

## 18. BENS MÓVEIS EM COMODATO

A Entidade, em 02 de fevereiro de 2015 conforme “Ata Recibo – Bens Recebidos em Comodato”, recebe da Prefeitura Municipal de Vespasiano, através de convênio com Secretaria de Educação, bens móveis, onde devem ser observadas as seguintes condições: utilização nos programas assistências às crianças de 04 anos de idade, devolução dos itens quando solicitado pelo órgão, manutenção, conservação e guarda dos mesmos, não obtendo total controle do imobilizado.

Em virtude das restrições quanto ao uso e devolução dos bens móveis quando solicitado pelo órgão, de acordo com a Lei nº 11638/2007, o comodato, em questão, não atende a todas as condições para compor, efetivamente, o Imobilizado da Entidade.

## 19. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

A Entidade, a partir do exercício financeiro de 2015, após as formalidades necessárias à adequação jurídica, passa a apropriar e reconhecer o Serviço Voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As despesas e receitas foram registradas, em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade. O serviço voluntário dos membros integrantes da Diretoria, no exercício de suas funções está assim representado:

<b>Governança</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Quantidade de horas	202	146
Valor h/h	23,21	23,13
<b>Valor total (em R\$)</b>	<b>4.688</b>	<b>3.377</b>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração da Entidade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor justo.